

OPINIÃO

Leilões, Desinvestimentos e o Novo Mercado de Gás: movimentações no mercado petrolífero nacional

*Por Daniel Lamassa, Fernanda Delgado e Pedro Neves**

Desde a divulgação do programa de desinvestimentos da Petrobras, 2019 foi o ano em que ocorreram mais transações comerciais desta natureza. De fato, a mudança na gestão da empresa e no próprio comando do país foram catalisadores para o desenvolvimento do processo, que não se limita apenas à estatal petrolífera.

A maioria das *majors* estão reajustando seus portfólios de negócios buscando empreendimentos mais rentáveis, sejam em áreas de novas fronteiras com elevado potencial, caso do pré-sal brasileiro; sejam em projetos *brownfield* de ciclos curtos e com rápidos fluxos de caixa, como os investimentos em *shale gas*. Ao mesmo tempo, a saída dessas empresas de ativos mais maduros que já não se ajustem (em termos de escala) ao tamanho (e ao perfil) da empresa, podem ser altamente rentáveis para outros investidores ou companhias de menor porte.

Além disso, é consenso no governo federal que para que se atinjam as metas fiscais previstas para os próximos anos e para que o país consiga sair da crise instalada, é mister que ajustes sejam feitos nas companhias, em especial, as estatais. Inúmeras são as possibilidades de reajustes, mas no âmbito deste artigo serão tratados os referentes às fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês). As iniciativas de abertura do mercado e de atração a investidores estrangeiros também reverberam no setor de óleo e gás, e a consonância com o momento no cenário internacional, promove uma onda de fusões no país.

Dado o tamanho do setor, no entanto, tratar-se-á mais profundamente das rodadas de licitações (o ano de 2019 encerrará com um total de quatro certames realizados), do programa de desinvestimentos da Petrobras (com ativos em todos os segmentos do

setor de óleo e gás sendo negociados) e dos possíveis negócios que poderão ser acordados por conta do otimismo do programa Novo Mercado de Gás.

LEILÃO DO EXCEDENTE DA CESSÃO ONEROSA

Agendado para 06 de novembro de 2019, o leilão ganhou status de maior a ser realizado no mundo, em virtude dos valores dos bônus de assinatura (totalizado em R$ 106 bilhões) e os investimentos necessários ao desenvolvimento dos ativos. O certame entra no contexto de M&A pelos valores que o envolvem, uma vez que a realização de tais investimentos requisitará a articulação de consórcios e contratação de serviços diversos. Os recursos são tamanhos que a Petrobras não teria condições de realizá-los sozinha[1].

As potenciais empresas interessadas[2] já estão se movimentando para garantir recursos para bancar os gastos com o leilão. Para tanto, seguem programas de desinvestimentos para ajuste de portfólio ou para posicionamento estratégico, captação de recursos, formação de consórcios, entre outras iniciativas. Entre as inscritas, apenas a Wintershall DEA e a Petronas não possuem ativos no pré-sal (como operadoras ou sob consórcio) e cinco delas têm ativos operados no polígono (caso da BP, Equinor, ExxonMobil, Petrobras e Shell).

Considerando o movimento dessas empresas nos últimos leilões e os ativos que adquiriram, uma análise mais aprofundada pode dar indicativos de prováveis movimentos no leilão. A área de Atapu, por exemplo, adjacente ao complexo de Iara, é hoje parte de um consórcio formado pela Petrobras como operadora (42,5%), Shell (25%), Total (22,5%) e Petrogal (10%). Sépia, por sua vez, está localizada a noroeste do bloco BM-S-24 (onde se encontra a descoberta de Júpiter) operado pela Petrobras (80%) em consórcio com a Petrogal (20%). Por fim, o próprio campo de Búzios está muito próximo do campo de Mero, formado por consórcio operado pela Petrobras (40%), Shell (20%), Total (20%), CNPC (10%) e CNOOC Limited (10%). Todos esses são dados oficiais, mas a suposição de se atribuir algo mais concreto que isso se limita a extrapolação. Até porque grandes empresas que não estão nas proximidades como operadoras ou sob consórcio, caso da BP, Equinor e ExxonMobil, já afirmaram em mais de uma oportunidade que o Brasil, em especial a região do pré-sal, se trata de uma área núcleo para seus investimentos e o apetite demonstrado pelas mesmas nos últimos leilões corrobora isso.

CICLOS DE OFERTA PERMANENTE

O primeiro ciclo de oferta permanente, ocorrido no último dia 10 de setembro, foi uma iniciativa do governo federal no sentido de diversificar a produção nacional com companhias de diferentes escalas e perfis de negócios. Entretanto, algumas observações podem ser depreendidas e lições tomadas, como o caso das bacias de Sergipe-Alagoas e de Campos.

Os blocos que tiveram interesse nesse primeiro ciclo localizados na bacia de Sergipe-Alagoas são majoritariamente áreas de nova fronteira com

1 Estimativas da certificadora Gaffney, Cline & Associates (GCA) apontam recursos excedentes ao contrato original de cessão onerosa da ordem de 10 a 15 bilhões de barris de petróleo.

2 As empresas habilitadas para o leilão são: BP, Chevron, CNOOC, CNODC, Ecopetrol, Equinor, ExxonMobil, Petrogal, Petrobras, Petronas, QPI, Shell, Total e Wintershall DEA.

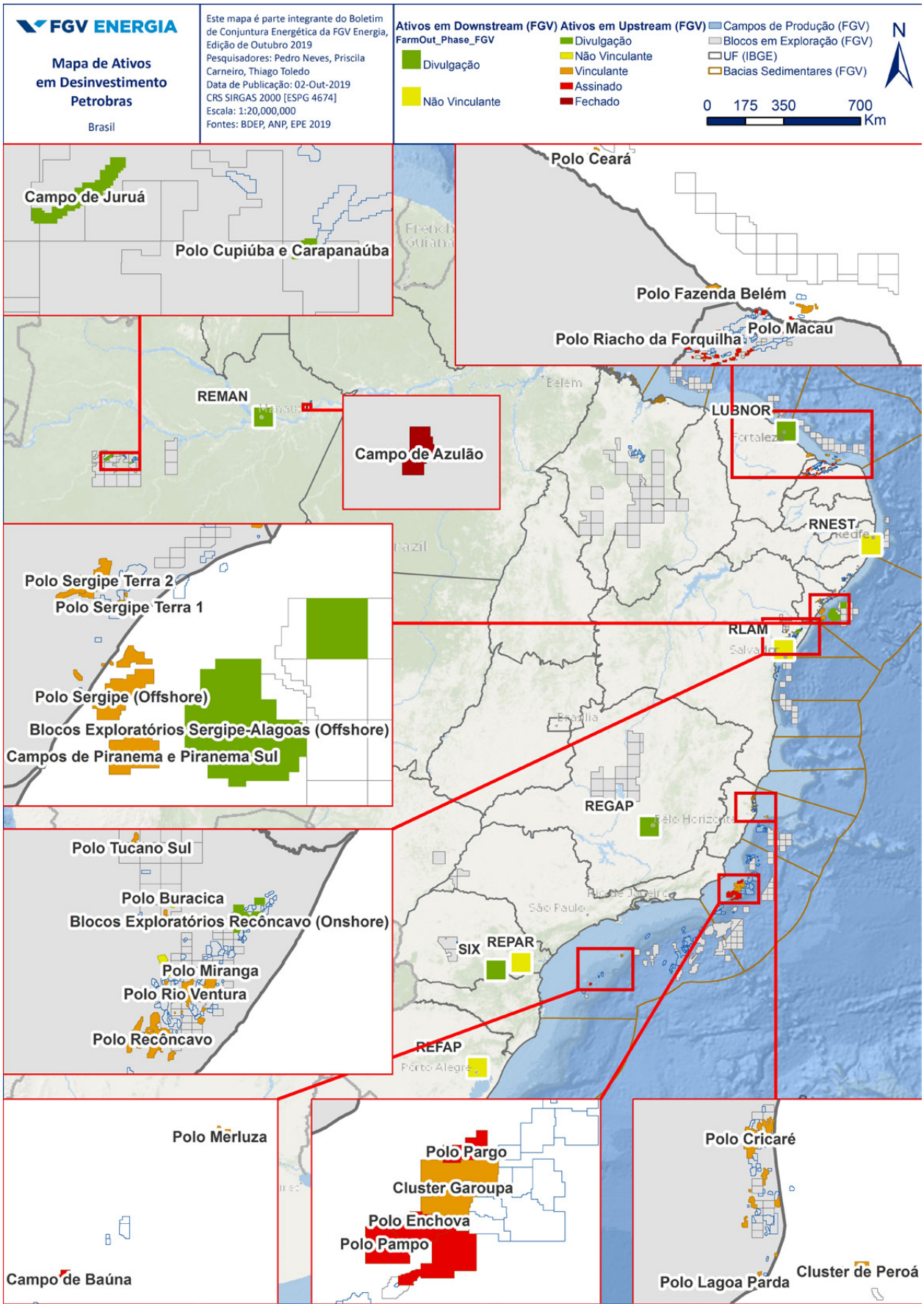
elevado potencial, adjacentes a blocos exploratórios já adquiridos por empresas internacionais de grande porte, como a ExxonMobil. Já os ativos que tiveram demonstração de interesse por parte das empresas habilitadas na bacia de Campos foram, em suma maioria, áreas adjacentes a blocos maduros que já foram devolvidas à ANP.

Como pode se observar, são oportunidades completamente diferentes. Entretanto, tiveram requisitos contratuais parecidos perante a ANP, como bônus de assinatura mínimo e alíquota de *royalties*. Isto posto, não é de se estranhar o resultado: a ExxonMobil adquiriu os ativos ofertados em Sergipe-Alagoas e os da bacia de Campos não tiveram ofertas no dia do leilão. Cabe a reflexão à ANP sobre os referidos requisitos. Um ajuste no bônus de assinatura mínimo e na alíquota de *royalties* cobrada aumentará o interesse de investidores e empresas e contribuirá para o objetivo da agência e do governo federal de diversificar a atuação de agentes privados nacionais e internacionais no setor petrolífero do país.

PROGRAMA DE DESINVESTIMENTOS DA PETROBRAS

A Petrobras oferece oportunidades em todos os segmentos do setor de óleo e gás, na nova "missão" da companhia de se tornar uma empresa de referência internacional na Exploração e Produção (E&P) em águas profundas, além do necessário reajuste de caixa e redução da dívida da companhia. Nesse intuito, a empresa está abrindo mão de uma série de ativos, entre blocos de exploração, campos de produção, oleodutos e gasodutos, refinarias, entre outros. A Figura 1 sintetiza todos os programas concluídos/em andamento pela empresa em 2019 separados por segmento.

Figura 1



Fonte: Adaptado de Valor (2019)[3].

[3] https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/10/02/petrobras-acelera-programa-de-venda-de-ativos.ghtml

Independente das vantagens e desvantagens do modelo de contratação adotado, fato é que a atual gestão da estatal está trabalhando em ritmo acelerado para a redução da dívida por meio desses desinvestimentos. Em termos quantitativos, segundo levantamento do Valor, em 2019 já foram fechados 5 contratos pelo montante de US$ 12,7 bilhões até julho. Outros 10 processos estão ainda em andamento e podem elevar o montante para US$ 17,4 bilhões até o fim do ano. Entretanto, é importante destacar que, apesar dos valores arrecadados já superarem a meta do ano, a empresa ainda conta com um déficit de US$ 83,7 bilhões, o que significa que está longe de concluir o programa e os ajustes necessários.

Os passos mais contundentes nesse sentido para o mercado são a saída da companhia dos ativos de distribuição de gás e a venda de oito refinarias e seus respectivos sistemas logísticos de distribuição.

DESINVESTIMENTOS EM REFINARIAS

De acordo com a empresa, os desinvestimentos no refino representam cerca de 50% da capacidade de refino nacional, ou 1,1 milhão de barris por dia de petróleo processado. Na primeira etapa do processo, chamado de divulgação das oportunidades (*teasers*), a estatal anunciou a venda das Refinarias Abreu e Lima (Rnest), Landulpho Alves (Rlam), Presidente Getúlio Vargas (Repar) e Alberto Pasqualini (Refap). No entanto, também já teve início a segunda fase dos processos de venda, com oferta da Refinaria Gabriel Passos (Regap), a Refinaria Isaac Sabbá (Reman), a Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor) e a Unidade de Industrialização do Xisto (SIX)[4]. Segundo a estatal, os desinvestimentos em refino estão alinhados à otimização de portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia. A empresa, no entanto, revisou os prazos para a primeira etapa e adiou de 11 de outubro para a primeira quinzena de novembro a divulgação dos interessados.

Muito ainda se discute no mercado se a venda dos ativos de refino trocaria o monopólio da Petrobras por monopólios regionais das mãos de entes privados, levando a não criação de concorrência, e por tal, preços mais competitivos dos derivados. Outra discussão também decorre do *unbundling* dos ativos logísticos e tancagem hoje obrigatoriamente operados (por força de Lei) por terceiros que não o dono da refinaria, mas nas mãos, em sua maioria, de uma empresa do sistema, a Transpetro. Certamente ainda não é possível prever como se dará o comportamento do mercado a partir da abertura e da venda dos ativos de refino, mas a expectativa é de que haja, pelo menos a participação de mais *players* e a impressão de uma maior dinâmica ao mercado.

GLP

A Petrobras pretende vender a Liquigás Distribuidora S.A., empresa que atua no engarrafamento, distribuição e comercialização de Gás Liquefeito

[4] Localizada no município de Betim (MG), a Regap possui capacidade de processamento de 166 mil barris/dia (7% da capacidade total de refino de petróleo do Brasil) e seus ativos incluem um conjunto de dutos com mais de 720 km. De Manaus (AM), a Reman possui capacidade de processamento de 46 mil barris/dia e seus ativos incluem um terminal de armazenamento. A Lubnor, de Fortaleza (CE), possui capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, além de ser uma das líderes nacionais em produção de asfalto e a única no país a produzir lubrificantes naftênicos. De São Mateus do Sul (PR), a SIX possui capacidade instalada de 6 mil barris/dia e seus ativos incluem uma mina em uma das maiores reservas de xisto betuminoso do mundo e uma planta de processamento de xisto.

de Petróleo (GLP). A distribuidora está presente em 23 estados brasileiros (exceto Amazonas, Acre e Roraima)[5]. Essa é a segunda vez que a estatal tenta vender a Liquigás. Na primeira tentativa, em 2018, o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) reprovou a venda.

GÁS NATURAL

Em 24 de julho de 2019 foi publicada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a Resolução nº 16, em que foi estabelecido o Novo Mercado de Gás. O programa, por meio de diversas diretrizes, objetiva reduzir o preço do energético para o consumidor final. Entre tais diretrizes, está a quebra do monopólio da Petrobras nas áreas de transporte e distribuição de gás natural, que foi contemplada no dia 8 de julho de 2019 pelo CADE e pela Petrobras, com aval da ANP, celebrando um Termo de Cessação de Conduta (TCC) no qual a estatal se compromete a vender as transportadoras Nova Transportadora do Sudeste (NTS, com participação da Petrobras de 10%), Transportadora Associada de Gás (TAG, com participação da Petrobras de 10%) e Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG, com participação da Petrobras de 51%), além de alienar a sua participação acionária indireta em companhias distribuidoras por meio da Gaspetro, acesso a gasodutos de escoamento de produção, unidades de processamento e o arrendamento do terminal de GNL da Bahia[6]. O TCC está em linha com o momento de desinvestimento da Petrobras.

GASODUTOS DE TRANSPORTE E ESCOAMENTO

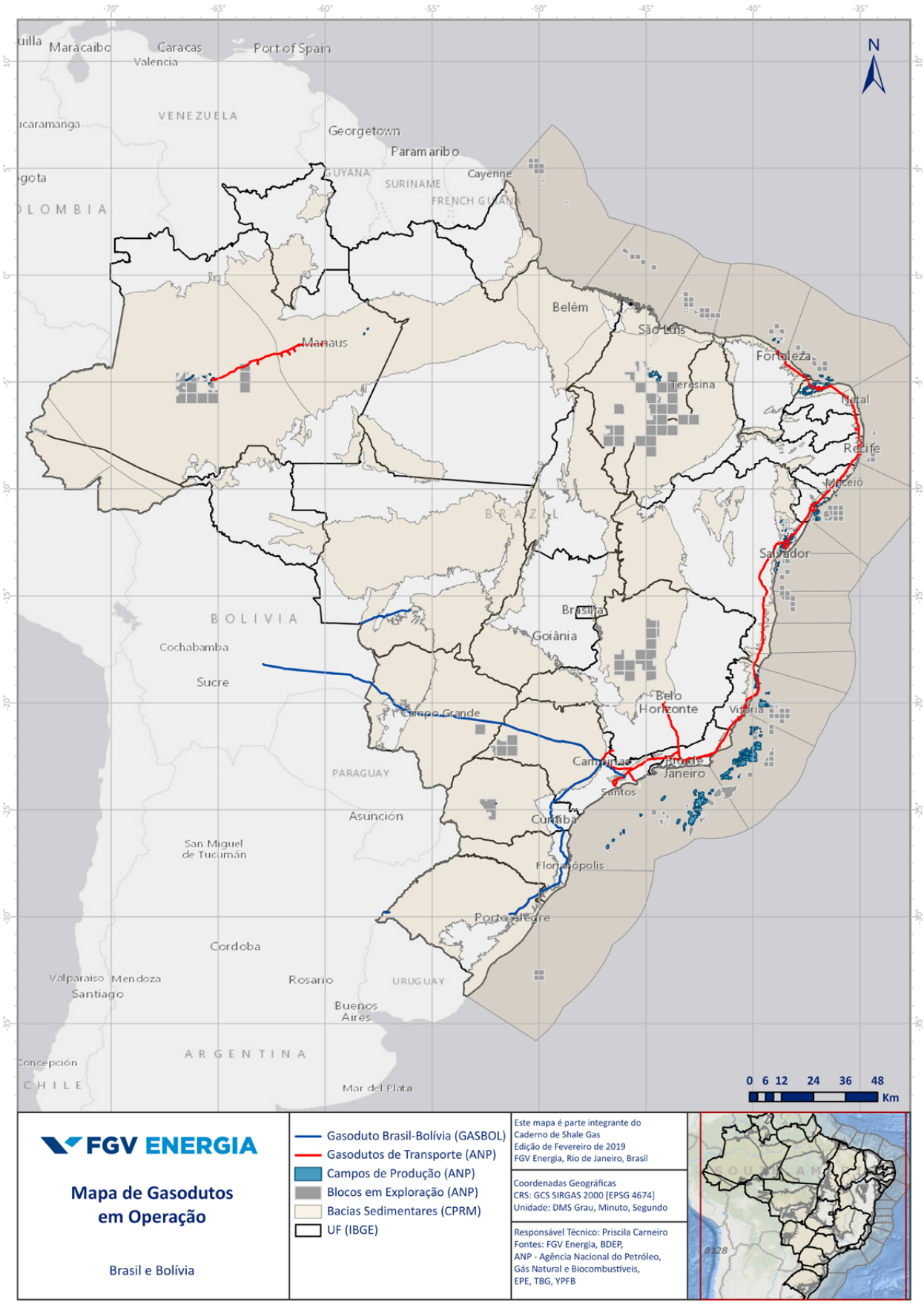
Entre as transportadoras, a NTS foi a primeira a ser vendida. A venda ocorreu em 04 de abril de 2017, para o Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações (FIP), gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., no qual a Petrobras vendeu 90% das ações da companhia. No mesmo dia o FIP vendeu parte de suas ações para a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A[7].

Após suspensão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio, no dia 13 de junho de 2019 a Petrobras concretizou a venda de 90% das ações da TAG para o consórcio formado pela Engie e pelo fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ)[8]. Já para a TBG, a Petrobras prevê a venda de sua participação de 51% até 2021[9]. Os gasodutos de transporte estão esquematizados na Figura 2.

Para os gasodutos de escoamento do pré-sal, a Petrobras prepara uma operação para abertura de mercado para os ativos dos Rotas 1, 2 e 3. O consórcio, juntamente com a Shell, Repsol e Galp, que são suas sócias em algumas partes das rotas, tem por objetivo criar uma empresa para fazer o IPO (oferta pública de ações), e assim poder atrair grupos interessados na operação e garantir um controle privado. Vale constar que o IPO será voltado somente para a Petrobras, por estar em seu plano de desinvestimento e alinhado com o compromisso de redução de sua participação no setor de gás natural[10].

5 http://www.liquigas.com.br/
6 http://www.cade.gov.br/noticias/cade-e-petrobras-celebram-acordo-para-venda-de-ativos-no-mercado-de-gas-natural
7 https://www.ntsbrasil.com/%23quem-somos/
8 http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/concluimos-a-venda-da-tag.htm
9 https://epbr.com.br/petrobras-vai-vender-a-tbg-ate-2021-veja-os-detalhes-do-acordo-com-o-cade/
10 https://petroleohoje.editorabrasilenergia.com.br/rotas-1-2-e-3-terao-venda-de-acoes/

Figura 2 – Mapa de Gasodutos em Operação



Fonte: FGV Energia

DISTRIBUIDORAS DE GÁS NATURAL

A Petrobras é dona de 51% das ações da Gaspetro, empresa criada pela estatal para as atividades de comercialização, importação, exportação, armazenamento e distribuições de gás natural, em que possui participação acionária em 19 distribuidoras de gás no Brasil[11]. Os 49% das ações restantes da Gaspetro são da empresa japonesa Mitsui. Seguindo o plano de desinvestimento e de acordo com o presidente da Petrobras Roberto Castello Branco, "Ou vendemos nossos 51% ou nossas participações nas distribuidoras". A sócia japonesa detém o direito de preferência de compra.

No mês de setembro de 2019, a Petrobras finalizou sua participação no ramo de distribuição de gás natural no Uruguai, através da Petrobras Uruguay Sociedad Anónima de Inversiones (Pusai). A subsidiária da estatal transferiu suas ações das empresas Distribuidora de Gas de Montevideo S.A. (DGM) e Conecta S.A. ao Estado uruguaio[12].

TERMELÉTRICAS

No dia 18 de outubro de 2019, foi realizado o Leilão de geração A-6, no qual 26 térmicas a gás natural foram habilitadas, com uma oferta total de 21.580,4 MW. Três UTEs (Usinas Termelétricas) saíram vencedoras: a UTE Barcarena (Pará), com potência de 604,52 MW; a UTE Parnaíba II (Maranhão), com 92,25 MW; e a UTE Prosperidade II (Bahia), com 37,35 MW (Tabela 1[13]). Em 2020 e 2021, duas novas termelétricas a gás natural entrarão em funcionamento, a UTE Porto de Sergipe, em Barra dos Coqueiros – SE, operada pela CELSE (Centrais Elétricas de Sergipe), e a UTE GNA I, em São João da Barra – RJ, operada pela Gás Natural Açu (GNA), respectivamente. Contudo, a expectativa para os próximos anos, conforme estudo da FGV Energia (Figura 3), é de que haja abundância de oferta de gás natural, a preços baratos, colocando o gás natural nacional como uma possível fonte de insumo para as novas UTEs. O grande número de projetos demonstra o sentimento que o país está passando para o investidor.

De acordo com a Diretora de Refino e Gás Natural da Petrobras, Anelise Lara, a estatal estuda a venda de 15 de suas 26 UTEs[14]. Seguindo este mesmo plano, a Petrobras anunciou no começo de outubro que fechou um Memorando de Entendimentos com a empresa Equinor para estudarem em conjunto novos projetos de termelétricas a gás natural no país. Este Memorando ainda estuda a viabilidade dos ativos de processamento e escoamento de gás natural do Terminal de Cabiúnas (TECAB) e do Comperj, em Macaé-RJ e Itaboraí-RJ, respectivamente, além de estudar futuros investimentos em GNL[15].

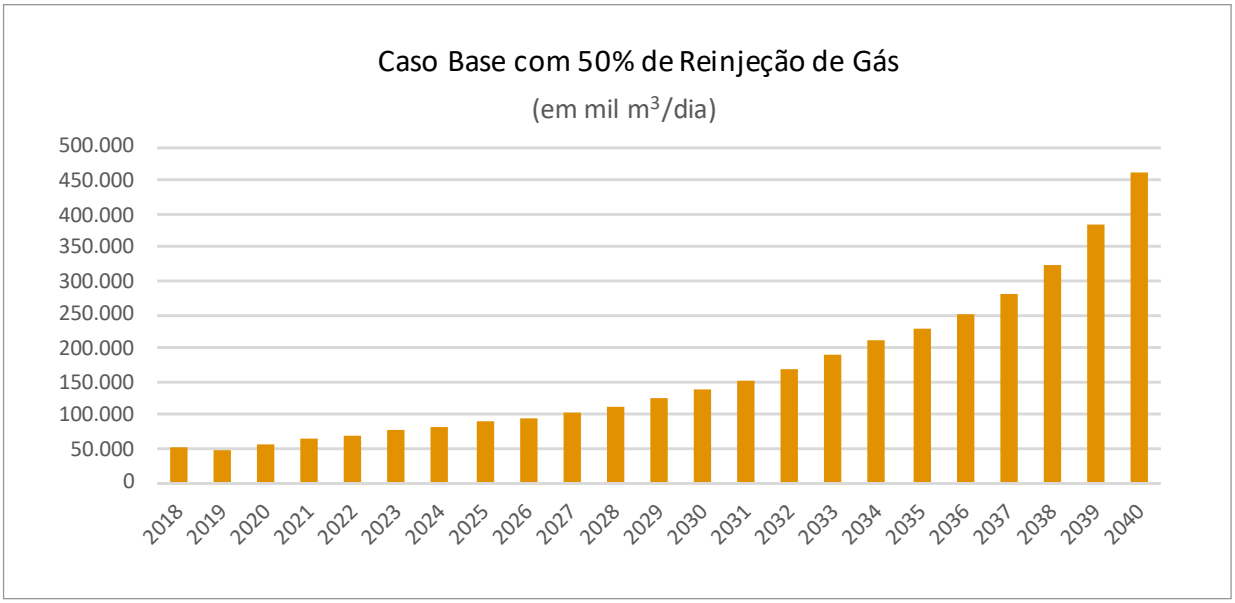
11 http://www.gaspetro.com.br/pt/institucional/a-companhia
12 https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/10/petrobras-devolve-concessoes-de-distribuicao-de-gas-natural-no-uruguai.html
13 https://www.ccee.org.br/ccee/documentos/CCEE_650835
14 https://epbr.com.br/petrobras-estuda-entrar-em-leilao-de-energia-a-6-com-usinas-termoeletricas/
15 https://epbr.com.br/petrobras-e-equinor-estudam-parceria-na-geracao-termica-a-gas/

Tabela 1 - Empreendimentos Termelétricos a Gás Natural Vencedores do Leilão A-6 de 2019

PROPRIETÁRIO	EMPREENDIMENTO	UF	POTÊNCIA (MW)
Barcarena	Novo Tempo Barcarena	PA	604,52
Parnaíba II	MC2 Nova Venécia 2	MA	92,25
UTE Prosperidade II	Prosperidade II	BA	37,36
Total			734,13

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CCEE.

Figura 3 – Previsão de Produção Nacional de Gás Natural



Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÃO

Da mesma forma que os leilões estão atraindo grandes *players* do setor de petróleo para o Brasil, o Novo Mercado de Gás também está. A expectativa é de que os movimentos de fusões e aquisições continuem no país, impulsionados tanto pelo governo federal e pela Petrobras com o programa de desinvestimentos, como pela tendência global no setor petrolífero.

A impressão de uma nova tônica ao mercado é benéfica na medida em que atrai mais empresas de diversos tamanhos e perfis para operarem no Brasil incrementando o setor, a arrecadação e gerando mais empregos.

Na maratona de leilões que o país vivencia, e com os excelentes resultados da 16° rodada de áreas de exploração pela ANP, é notório que se tenha uma sensação de otimismo e até mesmo de euforia em relação às arrecadações de bônus de assinatura e às futuras receitas e atividades a serem geradas pelo setor, seja de forma direta ou indireta.

Em se mantendo esse passo, o sucesso do reaquecimento do setor de óleo e gás do país é garantido, salvo à manutenção do atual patamar de preços do óleo marcador.



Daniel Lamassa é Engenheiro de Petróleo formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre em Oil and Gas Trade Management pela Regent's University London, no Reino Unido, onde obteve Distinção. Experiência como estagiário na Transportada Associada de Gás (TAG), em que trabalhou na área de integridade de dutos. Como pesquisador da FGV Energia, atua na área de Gás Natural.



Professora e Coordenadora de Pesquisa na FGV Energia. Professora do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, via convênio com a FGV. Doutora em Planejamento Energético, Mestre em Tecnologia da Informação e dois livros publicados sobre Petropolítica. Experiência profissional em empresas relevantes, no Brasil e no exterior, como Petrobras, Deloitte, Vale SA, Vale Óleo e Gás, Universidade Gama Filho e Agência Marítima Dickinson. Na FGV Energia é responsável pela coordenação do MBA em Gestão no Setor de Óleo e Gás e pelas linhas de pesquisa em petróleo, gás, biocombustíveis e transição energética, destacando-se: Descomissionamento, *Downstream*, Reservatórios de baixa permeabilidade, Reservas de gás natural, Planejamento energético e Geopolítica dos recursos energéticos.



Pedro Neves é mestrando em Engenharia Química pelo PPGEQ/UFF. Engenheiro Químico e de Segurança do Trabalho formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pela Universidade Cândido Mendes, respectivamente. Sua linha de pesquisa envolve a investigação de metodologias de auxílio a tomada de decisão dos impactos ambientais do descomissionamento de sistemas de produção offshore. Foi estagiário do laboratório de simulação de processos na Engenharia Química da UFF e participou de programa de iniciação científica no laboratório de físico-química computacional, também na UFF. Na FGV Energia, atua como pesquisador no setor de óleo e gás realizando análises setoriais, serviços de inteligência de mercado e é responsável pela linha de pesquisa sobre descomissionamento de instalações offshore.

* Este texto é de inteira responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a linha programática e ideológica da FGV.